

NO ÂMBITO DA INDÚSTRIA EXTRACTIVA

## Reassentamentos podem gerar conflitos sociais

A TRANSFERÊNCIA de pessoas de uma comunidade para outra para dar lugar à implantação de projectos de exploração mineira e petrolífera pode gerar conflitos sociais, caso não sejam acauteladas algumas questões como a perda de privilégios por parte de líderes locais.

O alerta foi lançado pelo pesquisador Carlos Bravo, que falava no decurso do seminário de capacitação de jornalistas, quadros do Governo e académicos sobre a Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva em Moçambique (ITIEM), que teve lugar semana passada em Pemba, província de Cabo Delgado.

Carlos Bravo disse que este facto não deve ser ignorado pelas entidades encarregues de elaborar políticas sócio-económicas.

"Em África, Moçambique ou em qualquer parte do mundo, o poder tradicional é um privilégio e a sua perda pode criar

um sentimento de frustração e, provavelmente, de revolta. Existem estudos feitos aqui mesmo no nosso país que provam isso", explicou.

Falando sobre o tema "actores locais como sujeitos dos textos jornalísticos, no contexto da indústria extractiva-questões de equidade e pluralidade", o pesquisador apelou aos jornalistas no sentido de produzirem artigos sobre os assuntos relacionados com a indústria extractiva despidos de preconceitos.

"Muitas vezes, aqueles que achamos que não têm nada a dizer podem ser os que têm muito a dizer", disse, acrescentando, no entanto, que isso não significa que fontes oficiais devem ser colocadas de lado.

Carlos Bravo apresentou outro tema, na ocasião, relacionado com o jornalismo investigativo no sector dos recursos minerais, tendo afirmado que, para a produção de textos investigativos, os jornalistas devem

ser vigilantes para evitar que regras convencionais da profissão afectem o produto final.

A título de exemplo, explicou que se no jornalismo convencional as fontes que fornecem as informações são mencionadas, já no investigativo elas devem ser protegidas, para não comprometer os interesses daqueles que fornecem a informação.

"Se no jornalismo convencional o repórter aceita a versão oficial da história, ainda que possa contrastá-la com comentários de outras fontes, no investigativo pode-se desafiar ou negar a versão oficial com base nas informações das fontes alternativas", disse.

Durante os dois dias do evento foram apresentados, igualmente, temas sobre políticas e estratégicas do sector dos recursos minerais, concretamente a Lei de Minas e o respectivo regulamento, implementação da ITIEM, lei de Petróleo e o respectivo regulamento, papel



Jornalistas chamados a produzir material com qualidade sobre indústria extractiva

comercial da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos e da Moçambicana de Exploração Mineira.

Segundo Custódio Nguetana, coordenador da iniciativa, a ideia de capacitar os jornalistas

visava dotá-los de ferramentas técnicas para a produção de material com qualidade.

Notícias, 14.10.2017, 30.178, Pág 07, Política